

N. 2 2010

REVISTA BRASILEIRA DE Direito Administrativo e Regulatório

COORDENADORES: Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega

CONSELHO EDITORIAL: André Ricardo Cruz Fontes
Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti
Edilson Pereira Nobre Junior
Fernando Facury Scaff
Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti
José Ricardo do Nascimento Varejão
Luciana de Medeiros Fernandes
Luiz Alberto Gurgel de Faria
Marcos Nóbrega
Paulo Gesteira Costa Filho
Tânia Vainsencher
Theresa Christine de Albuquerque Nóbrega
Vladimir da Rocha França

REVISTA BRASILEIRA DE

Direito Administrativo e Regulatório

DIRETOR RESPONSÁVEL

Marcelo Magalhães Peixoto

REVISÃO

Mônica A. Guedes

CAPA

Veridiana Freitas

PROJETO GRÁFICO

Veridiana Freitas

EDITORAÇÃO

Veridiana Freitas

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

ORGRAFIC

FONTE GARAMOND PRO | TRADE GOTHIC

MIOLO OFF SET 75 G/M²

CAPA SUPREMO DESIGN 250G/M²

Todos os direitos desta edição reservados à

© MP Editora – 2010
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 2482, 6. andar
01402-000 – São Paulo
Tel./Fax: (11) 3101 2086
adm@mpeditora.com.br
www.mpeditora.com.br

ISSN: 2177-0476

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
<i>Francisco de Queiroz Bezerra Cavalcanti</i>	
A TITULARIDADE DO SERVIÇO PÚBLICO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA NAS REGIÕES METROPOLITANAS	13
<i>Daniel Henrique de Sousa Lyra</i>	
1. Introdução	13
2. O serviço público de saneamento básico	14
2.1 Serviço público	14
2.2 Saneamento básico	15
2.3 Serviço de fornecimento de água	19
3. Titularidade e competência	20
3.1 Municípios: interesse local	22
3.2 Estados-membros: interesse comum	27
4. Regiões metropolitanas	29
5. A definição da titularidade como meio de concretização de direitos e princípios fundamentais	33
6. Considerações finais	37
Referências	38
DIREITO ADMINISTRATIVO, SEGURANÇA JURÍDICA E MEIO AMBIENTE	41
<i>Edilson Pereira Nobre Júnior</i>	
1. Direito administrativo e segurança jurídica	41

2. Proteção ambiental <i>versus</i> segurança jurídica	46
3. Um pouco de casuística	50
3.1. O art. 54 da Lei 9.784/99	50
3.2. As licenças urbanísticas e ambientais e a superveniência de lei nova	53
3.3. Licença ambiental: revisão, renovação e cassação	56
4. Algumas conclusões	60
5. Bibliografia	61
DIREITO AO CONCURSO PÚBLICO E DIREITO À NOMEAÇÃO	65
<i>Edilton Meireles</i>	
1. Introdução	65
2. Direito ao concurso público diferente da faculdade de participar do concurso	65
3. Direito à nomeação	68
4. Conclusão	73
O USO DE PRECATÓRIOS PARA PAGAMENTO DE TRIBUTOS APÓS A EC 62	75
<i>Fernando Facury Scaff</i>	
I. Delimitação do tema	75
II. Rememorando conceitos básicos	76
III. Quais as novidades trazidas pela EC 62 sobre o pagamento de tributos com precatórios?	78
IV. Conclusões	97
O JUDICIÁRIO E O PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES	99
<i>Hallison Rêgo Bezerra</i>	
I. Introdução	99
II. O princípio da tripartição dos poderes	101
III. O Poder Judiciário em Montesquieu	103
IV. A ideia central do pensamento de Montesquieu	104
V. O Supremo Tribunal Federal e suas decisões relativas a direitos sociais	107
VI. As decisões judiciais e suas implicações no orçamento	109

VII. Proibição do retrocesso	112
VIII. Excepcionalidade da atuação ativa do Poder Judiciário	114
IX. Conclusões	115
Referências bibliográficas	117
CONVÊNIO ADMINISTRATIVO	119
<i>Janine Danielle de Andrade Barros dos Santos</i>	
Introdução	119
1. Da distinção entre convênios administrativos e contratos	121
2. Do conceito	122
3. Do objeto	123
4. Da natureza jurídica	124
5. O convênio na Lei n. 8.666/93: art. 116 e seus parágrafos	127
6. Do prazo	132
7. Da prestação de contas	132
8. Da distinção entre convênios administrativos e consórcios administrativos	133
9. Conclusão	135
10. Bibliografia	136
A INTERVENÇÃO ESTATAL SOBRE A ECONOMIA E A CRISE DE 2008	139
<i>Luiz Alberto Gurgel de Faria</i>	
1. Introdução	139
2. Aspectos gerais	140
3. Formas de intervenção	146
4. A ordem econômica na Constituição Federal	154
5. O direito econômico e o Supremo Tribunal Federal	164
6. Conclusão	169
7. Referências bibliográficas	170

RISCOS EM PROJETOS DE INFRAESTRUTURA 175

Marcos Nóbrega

I. Introdução	176
II. Definição de risco	177
III. Fontes de risco	179
IV. Obstáculos para a tomada de decisões	181
V. Fases dos projetos de infraestrutura e risco	183
VI. Alocação da exposição ao risco	184
VII. Alocação de riscos para o governo	185
VIII. Conclusões	194
IX. Bibliografia	197

OS FUNDAMENTOS E OS LIMITES DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO GERENCIAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS NO BRASIL 199

Rafael Diogo Diógenes Lemos

1. Introdução	199
2. A Política Nacional de Recursos Hídricos	200
2.1 Fundamentos da Política Nacional de Recursos Hídricos	201
2.2 Objetivos da Política Nacional de Recursos Hídricos	202
2.3 Os Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos	204
3. A Participação Popular no Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil	206
3.1 A Participação popular na gestão das águas pelos Comitês de Bacias	207
3.2 A Participação Popular no Conselho Nacional de Recursos Hídricos	209
3.3 A Eficiência no Gerenciamento dos Recursos Hídricos no Brasil	211
3.4 Participação vs. Eficiência administrativa	212
3.5 A lei como limite à participação popular	214
4. Conclusões	215
Referências	217

DANO MORAL EM SEDE DE DESAPROPRIAÇÃO OU UM CONFISCO SENTIMENTAL?	219
<i>Tânia Vainsencher</i>	
1. Introdução	219
2. Da desapropriação	220
2.1. Conceito de desapropriação	220
2.2. Uma breve noção de justa indenização	221
3. O dever de indenizar do poder público	222
3.1. Desenvolvimento histórico	222
3.2. Fundamentos da responsabilidade do Estado	224
4. Do dano moral	225
4.1. Considerações gerais	225
4.2. O dano moral e a responsabilidade civil objetiva do Estado: uma compatibilidade irrefutável	228
4.3. Do dano moral em sede de desapropriação	229
5. Conclusões	237
Referências bibliográficas	238

